

# HUM@NÆ

Questões controversas do mundo contemporâneo.

V, 8, Nº 2

## A FAMÍLIA EM MUTAÇÃO E O CONFLITO TEMPORAL

Isabela de França Meira<sup>1</sup>  
Marina Assis Pinheiro<sup>2</sup>

### Resumo

*A família é uma instituição normativa de valores iniciais à vida humana, que contribui inegavelmente na formação das subjetividades. Ao longo dos séculos, a família sofreu inúmeras mutações devido a diversas transformações sociais, que afetaram diretamente a constituição das formas familiares na contemporaneidade. Faremos um mapeamento da diretriz histórica da família e quais os principais fatores influenciaram tais mutações. Diante da gestão dos cuidados parentais, a queixa da “falta de tempo” é uma das mais frequentes, tanto do lado dos adolescentes quanto dos pais. Buscamos então investigar como essa distribuição entre tempo e trabalho vem sendo gerenciada nas famílias, focando no reflexo desse conflito no psiquismo em formação dos adolescentes. Visto que hoje a educação do jovem não conta apenas com a participação da família e da escola, mas também de outras instituições, como a mídia, o estudo será feito buscando investigar qual o discurso que a mídia apresenta diante desse contexto nas configurações familiares. O que propomos é a reflexão, visto que o tema trás diversos questionamentos, todos difíceis de obterem respostas fixas diante de um cenário em constante mobilidade.*

**Palavras chave:** *Família, Adolescência, Contemporaneidade, Tempo, Mídia.*

### Abstract

*O artigo deve apresentar um segundo resumo em inglês ou espanhol. Fonte: Arial12, itálico.*

**Keywords:** *Family, Adolescence, Contemporaneity, Time, Media.*

<sup>1</sup>Aluna docente; Faculdade de Ciências Humanas ESUDA; Recife, PE, Brasil.

<sup>2</sup>Professora orientadora; Faculdade de Ciências Humanas ESUDA; Recife, PE, Brasil.

\* \* \* \* \*

## **A gestão dos cuidados parentais na atualidade**

A família é uma instituição normativa de valores iniciais à vida humana, que contribui significativamente na formação das subjetividades. Atualmente, as famílias apresentam diversas formas de se constituir, diferente do modelo que se tinha por volta do século XIX. Hoje a educação da criança não conta apenas com a participação da família e da escola, mas também de outras instituições, como a mídia.

Levando em consideração que estamos vivendo em um mundo que está em constante transformação, e que dentro desse contexto cultural destacam-se os meios de comunicação e informação, que evoluem de maneira rápida, progresso este muitas vezes difícil de ser acompanhado, é fato que o tema deste artigo é o tipo de assunto que precisa ser constantemente rediscutido e reavaliado.

Avaliaremos tais mutações culturais e familiares, as condições da gestão dos cuidados parentais sobre o adolescente na atualidade, investigando o discurso que a mídia apresenta sobre estas novas relações familiares, muitas vezes vistas como “irregulares” e como causas de problemas éticos sociais.

Qual o papel da mídia diante desse novo cenário cheio de mobilidade nas configurações familiares? Qual o discurso? Qual a intenção por trás de tal discurso? São reflexões de extrema importância quando se reconhece que a mídia, além de ser vista como um dos principais agentes “desestruturantes” da família, tem também uma influência fortíssima na formação dos sujeitos na contemporaneidade.

A mídia está presente em todos os campos, está em nossas casas, no trabalho, no lazer e também nas escolas, ou seja, na vida de cada criança e adolescente, cada sujeito em formação. E atualmente é cada vez mais comum os pais deixarem seus filhos assistindo televisão ou navegando na internet como se estas fossem a babá, não tendo controle algum sobre qual conteúdo vai ou não ser transmitido aos filhos.

Isso acontece por uma queixa dos pais de “não se ter tempo”, pois é preciso trabalhar para poder sustentar as crianças. Encontramos então mais um eixo fundamental neste estudo: a gestão do tempo. Como essa distribuição entre tempo e trabalho vem sendo gerenciada nas famílias? Que tempo é este que se fala, que tanto falta? Como a relação dos adultos com seu “tempo escasso” influencia no psiquismo dos adolescentes ainda em formação? Como o tempo é vivenciado para os adolescentes e para os adultos, será que o tempo para os dois se dá da mesma forma? Quais os principais conflitos causados por este cenário no grupo familiar?

São muitos os questionamentos, todos esses difíceis de obterem respostas fixas diante de um contexto que está em constante mutação. Propomos estabelecer nosso eixo de reflexões e investigação inicialmente entre: família; adolescentes; mídia; e gestão do tempo. Portanto, vale iniciarmos com uma pequena reflexão sobre o conceito obscuro de adolescência.

## A Adolescência

Qual a definição de adolescência? Qual seu período de duração? O que mais caracteriza tal fase além da puberdade? Sabemos que antigamente, não existia o período de “adolescência” como se tem atualmente. As pessoas costumavam sair da casa de seus pais já com seus casamentos arranjados, começando, assim, suas vidas de “adultos”, tendo filhos cedo e constituindo família.

A fase da “aborrecência” era de certa forma, então, “pulada”, apesar do fator biológico da puberdade existir da mesma forma. Sem uma definição concreta sobre o que é preciso para que um adolescente se torne um adulto, o critério da maturação física é descartado. O que define, então, a adolescência? Como se sai de tal fase?

Conforme Calligaris (2000, p. 15), o jovem “se torna um adolescente quando, apesar de seu corpo e seu espírito estarem prontos para a competição, não é reconhecido como adulto.” Além disso, ele define a “adolescência idealizada” como uma:

“Moratória mal justificada, contradizendo valores cruciais como o ideal de autonomia. Para o adolescente, ela não é só uma sofrida privação de reconhecimento e independência, misteriosamente idealizada pelos adultos. É também um tempo de transição, cuja duração é misteriosa.” (2000, p. 18)

Por isso é comum de se esperar uma reação de rebeldia dos jovens nesta fase. Ao se depararem com os valores essenciais da modernidade, como o ideal de autonomia, ele continua dependente dos pais, e agora, apesar de já obter as condições físicas necessárias, é negada sua oportunidade de “entrar para a competição”.

O adolescente se vê, então, numa situação paradoxal e contraditória. Sem saber o que se espera dele, o adolescente se sente inseguro, por não ser mais “adorado” como na infância, e ainda não ser reconhecido como adulto. A situação muitas vezes leva o jovem a assumir uma conduta transgressora. “Talvez haja maturação, lhe dizem, mas ainda não maturidade. Por consequência, ele não é mais nada, nem criança amada, nem adulto reconhecido.” (CALLIGARIS, 2000, p. 24)

Segundo Calligaris (2000, p. 29), o adolescente é levado a concluir (inconscientemente) que o adulto quer dele revolta, pois, apesar do adulto utilizar de um “rigor” que recorre a tradição, a cultura promove como ideal aquele que faz exceção a norma, aquele que se destaca.

“Recusado como par pela comunidade dos adultos, indignado pela moratória que lhe é imposta e acuado pela indefinição dos requisitos para termina-la (a famosa e enigmática maturidade), o adolescente se afasta dos adultos e cria, inventa e integra microssociedades que vão desde o grupo de amigos até o grupo de estilo, até a gangue.” (CALLIGARIS, 2000, p. 36)

Ou seja, nesse caso, os adolescentes considerarão que sua verdadeira comunidade não é a família; o que junto com a repressão, pode levar a delinquência adolescente. A explicação de Calligaris (2000, p. 42) é de que “os adultos reprimem preventivamente, impondo regras, eles afirmam a não maturidade dos adolescentes. Em resposta, estes serão levados a procurar maneiras violentas de impor seu reconhecimento.”

A repressão punitiva também levará o adolescente a aumentar a dose de rebeldia. Segundo Calligaris (2000, p.44), “na relação com os adultos, (não só sua família), o adolescente, não conseguindo produzir respeito, prefere e consegue produzir medo. O medo é o equivalente físico, real, do que o respeito seria simbolicamente.”

“É isso que almejam todas as condutas extremas da adolescência transgressora: convencer o outro de que a vida do adolescente não é nenhum limbo preparatório; ela está acontecendo de verdade, como a vida adulta.” (CALLIGARIS, 2000, p. 49)

## **Mapeamento Histórico da Mutação Familiar**

Família se diferencia de casamento: mesmo antes da criação do casamento civil, “famílias” existiam independentemente. A família era o grupo social que se mantinha unido pelo vínculo do parentesco.

Atualmente, algumas famílias se constituem não mais por esse vínculo de sangue, mas sim pelo vínculo do afeto. Vale ressaltar que nem sempre as famílias constituídas pelo vínculo do parentesco cultivam também seus vínculos afetivos. As famílias se constituem, então, de diversas formas... Existem filhos adotados, casais que casam e separam, casam de novo com um parceiro que também já possui filhos... enfim, as possibilidades são infinitas.

No artigo “Em Defesa da família tentacular” de Maria Rita Kehl, ela afirma que “(...) a família deixou de ser uma sólida instituição para se transformar num agrupamento circunstancial e precário, regido pela lei menos confiável entre os humanos: a lei dos afetos e dos impulsos sexuais” (2003). Isso se deu depois do surgimento da “nova mulher”, que ao longo da história foi conquistando cada vez mais liberdade.

Ao longo dos séculos, a família sofreu inúmeras mutações devido a diversas transformações sociais, que afetaram diretamente a constituição das formas familiares na contemporaneidade. Desde o século XIX até os dias de hoje, a família vem sofrendo com as “crises de valores” da globalização. Faremos então um mapeamento da diretriz histórica da família e quais os principais fatores influenciaram tais mutações.

Desde a Idade Média, a ideia que se tinha era de que a mulher deveria ser submissa ao homem, e que esta deveria apenas satisfazer o marido, cuidar da casa e dos

filhos. A família nuclear burguesa se constituía como tendo pai, mãe e seus filhos; sendo o pai a autoridade máxima, o que dita as normas e regras e impõe os limites, e a mãe e os filhos, submissos e dependentes. A função da mãe se resumia a procriação.

Com a **Revolução Industrial**, a personagem que até então era secundária e passiva na história da humanidade – a mulher – descobriu sua própria força, lutou e conquistou espaço, dando início a mais radical inovação estrutural da família ao assumir sua independência pessoal, social e sexual.

A mulher, que até então era colocada como inadequada ou incompetente para atividades produtivas, passa a penetrar no mercado de trabalho e desmistificar sua “fragilidade”, ganhando assim, independência financeira.

Competente para concorrer com o homem no mercado de trabalho e impor-se como cidadã na busca por seus direitos, a mulher, através da independência financeira e consequente independência social, conquistou também sua independência sexual, principalmente após a criação das pílulas anticoncepcionais, que quebra a ideia de mulher como um ser resumidamente procriador. A respeito dessa mudança de paradigma na relação entre homens e mulheres, Kehl (2003) nos reafirma tais fatores influenciadores:

“Em primeiro lugar, na segunda metade do século XX a família “hierárquica”, organizada em torno do poder patriarcal, começou a ceder lugar a um modelo de família onde o poder é distribuído de forma mais igualitária: entre o homem e a mulher, mas também, aos poucos, entre pais e filhos. Se o pátrio poder foi abalado, é de se supor que algum deslocamento tenha ocorrido do lado das mulheres – a começar pelo ingresso no mercado de trabalho, com a consequente emancipação financeira daquelas que durante tantas décadas foram tão dependentes do “chefe da família” quanto as crianças geradas pelo casal. Com isto, o número de separações e divórcios vem aumentando assim como aumenta a idade em que as mulheres vêm decidindo se casar – em proporção direta ao aumento dos índices de escolaridade feminina. O número de relações conjugais “experimentais”, ou seja, não legalizadas, entre jovens, também vem crescendo, em função não apenas da maior independência financeira das moças – que se vêem em condições de arriscar um pouco mais nas escolhas amorosas – quanto em função da liberdade sexual conquistada há quase meio século pelas mulheres. Isto nos ajuda a entender o papel tradicional do tabu da virgindade, único freio capaz de fazer com que jovens adultas adiassem por tanto tempo o início de sua vida sexual à espera do casamento legal e definitivo. Com a descoberta e a democratização das técnicas anticoncepcionais, o tabu que sustentava o casamento monogâmico (às custas da inexperiência e da frigidez femininas, como Freud bem o percebeu) deixou de fazer sentido. Em contrapartida, hoje, o número de mulheres que se encontram sozinhas com filhos para criar vem aumentando, assim como a gravidez não programada entre as adolescentes.” (KEHL, 2003)

Nesta medida, o casamento deixou de ser para a mulher a única forma de constituir família. Agora, ela poderia escolher casar-se ou não, ter filhos ou não, ser sustentada pelo marido, ou trabalhar. A partir daí vemos o início, o rascunho de um desenho, de uma radical revolução no modelo mais tradicional da família, tendo como moldura a independência da mãe que trabalha fora do lar, e que pode agora, inclusive, sustentar os filhos sozinha, sem ajuda de um homem.

Além das mulheres que conseguiram “se emancipar”, mais tarde, já no século atual, nota-se no contexto tanto brasileiro quanto global, a busca por direitos humanos iguais e respeito à cidadania dos homossexuais, que buscavam incessantemente a legalização de seus casamentos. Estes, amparados pela sociedade democrática que grita que todos têm direitos iguais, já podem, em alguns lugares do mundo, casar-se e adotar crianças; ou seja, viverem como organização familiar. A respeito disso, vemos que:

"É verdade que as demandas pelos direitos constitucionais dos casais homossexuais, por exemplo, revelam a tendência a reproduzir os papéis familiares tradicionais – pai, mãe, filhos. Só que esses papéis não são mais, necessariamente, desempenhados pelas pessoas que, na estrutura de parentesco, correspondem a pai, mãe e filhos. O máximo que podemos pensar é que, se existir para a criança alguém que faça função paterna e alguém que se encarregue amorosamente dos cuidados maternos, a família estruturará edipicamente o sujeito; (...) Em linhas gerais, isto seria suficiente para constituir seres humanos orientados pela Lei que interdita o incesto, que é aquela que exige de cada sujeito a renúncia a uma parcela de seu gozo para pertencer à comunidade humana." (KEHL, 2003)

Não existe desagregação, mas a mutação profunda da família que, não se limitando a um modelo único, se desdobra em diversas modalidades de que não tínhamos, até agora, nenhum registro.

Todas essas transformações alteraram significativamente a ideia base da família nuclear “normal”: monogâmica e patriarcal. Tudo isso resultou em bastante autonomia para o ser feminino, que até então, não recebia reconhecimento quase algum. Porém, essa “liberdade” e autonomia não se limitam ao sexo feminino.

Com a ascensão do **capitalismo**, os membros no geral reivindicam *autonomia e privacidade*, o que altera significativamente a conduta e os costumes da vida familiar como se tinha. É visível que o *individualismo* se torna mais e mais presente nos lares.

## **Consumismo, Hedonismo e a Crise Ética Contemporânea**

Todas essas transformações na família são apontadas, muitas vezes, como responsáveis pela crise de valores atual, sobretudo no que diz respeito ao comportamento das crianças e dos adolescentes. Quando se fala de tal “perca de

valores”, Kehl (2003) nos diz que “temos que nos perguntar se essas transformações na composição familiar são realmente as responsáveis pelos sintomas do que se pode detectar como uma crise ética na sociedade contemporânea.”.

A respeito do fator influenciador que diz respeito ao capitalismo e ao consumismo, Costa (2005) nos diz que “A economia capitalista diluiu esferas da vida social, como a política, a religião e a tradição familiar, em um consumismo hedonista e narcisista”. Mas como isso teria ocorrido?

“O avanço tecnológico, a produção de bens industriais em grande escala, a melhoria das condições de vida dos operários e a criação de um mercado de compradores despiram o trabalho de seu caráter artesanal. A velocidade com que os novos bens eram produzidos e vendidos mudou o sentido do ato de fabricar e do de comprar. Quem produzia não se percebia mais como autor de coisas feitas para atender necessidades reais, mas para serem vendidas, sendo ou não necessárias. Vender, e não fazer coisas úteis, se tornou a meta final da produção. Em consequência, o *homo faber*, isto é, o fabricante de artefatos duráveis, passou a se perceber como *animal laborans*, isto é, um produtor de objetos feitos para serem rapidamente descartados.” (COSTA, 1994, p. 133)

Na medida em que o homem se transforma de “*faber*” em “*laborans*”, a utilidade deixou de ser um fim em si, e no lugar, diz Arendt (2000, apud COSTA, 1994), “surgiu uma concepção de vida na qual a utilidade se tornou serva da felicidade.” Essa mudança cria um problema para as identidades individuais.

Como nos diz Costa (2005, p. 135) sobre as consequências de tal problema,

“A precariedade do novo princípio moral foi, além disso, agravada pela norma que atrelava a felicidade ao consumo de objetos materiais. (...) Até o advento da Revolução Industrial, sociedade alguma havia imaginado que a felicidade pudesse advir do consumo de bens. (...) Os estados de prazer ou ausência de dor nada têm a ver com consumo de bens materiais, salvo em casos de extrema privação física. Fora disso, induzir os indivíduos a se convencerem de que comprar objetos nos traz felicidade é tão fantasioso quanto oferecer água a quem tem sede de justiça. Resultado: quanto mais os indivíduos se liberam das “fadigas e penas” do labor para usar o tempo livre “consumindo”, mais insatisfeitos se tornam.”

Resumindo, a expansão industrial, somada ao hedonismo utilitarista do prazer, formam o hábito de consumo, que remete ao fator da insatisfação. Segundo Baudrillard (1970, p. 113 apud COSTA, 1994, p. 140), “a insatisfação psicológica faz parte do hábito de consumir”, pois todo objeto consumido será frustrado pelo ideal de felicidade que não será satisfeito, visto que a satisfação pessoal não se obtém através de bens materiais. Isso se torna ainda mais preocupante quando os pais tentam suprir a necessidade de afeto e cuidado dos filhos através de presentes.

Mas porque consumir, que é um ato necessário para a sobrevivência humana, influência de tal forma os valores e a ética contemporânea? Erich Fromm (1977)

chama de “caráter mercantil” o fenômeno de nos sentirmos como mercadorias, tendo nós não um “valor de uso”, mas um “valor de troca”, onde os seres vivos tornam-se uma mercadoria no “mercado de personalidades”.

É importante que se destaque tais questões, pois assim o argumento de Erich Fromm fica claro a respeito das características de personalidade do sujeito de ele classifica como tendo o chamado “caráter mercantil”, um tipo “comum” na contemporaneidade:

“Essas pessoas não têm metas, exceto mudar sempre, fazendo as coisas com grande eficácia; (...) Têm pouco interesse (pelo menos conscientemente) em questões filosóficas ou religiosas, tais como por que vivemos, e por que estamos indo numa direção e não em outra. Têm seus enormes egos sempre mutáveis, mas nenhum eu, um núcleo, um senso de identidade. A “crise de identidade” da sociedade moderna é realmente a crise produzida pelo fato de que seus membros se tornaram instrumentos despersonalizados, cuja identidade repousa em sua participação nas empresas (ou demais burocracias gigantescas). Onde não há um ego autêntico não pode haver identidade. Uma vez que os caracteres mercantis não têm apego profundo algum a si mesmo ou a outros, não tem outras preocupações, no sentido profundo da palavra, não porque sejam egoístas, mas porque suas relações com outros e consigo mesmos são bastante superficiais. (...) A hipótese de que são dotados de grande coragem e altruísmo pode também explicar por que não se preocupam com o perigo de suas próprias vidas; mas a falta de interesse inclusive por seus filhos e netos exclui essa explicação. A falta de interesse em todos esses níveis é consequência da falta de quaisquer laços emocionais, mesmo para com os mais íntimos deles. O fato é que ninguém é íntimo dos caracteres mercantis; nem eles são íntimos de si mesmos.” (FROMM, 1977, p. 148)

Porém, apesar de todo esse contexto e características observadas atualmente, Costa (2005, p. 179-80) afirma que:

“O comprismo consumista se tornou certamente um fator de dissolução da solidariedade e coesão coletivas, mas não a título de “causa” do individualismo anômico. (...) Em períodos não tão distantes, a compra de objetos corporificava ideais éticos, e só veio a se tornar algo parecido com o “consumismo” dos teóricos ao ser transfigurada pela moral das sensações e do entretenimento. (...) Se quisermos, portanto, enfrentar os problemas éticos de nosso tempo, teremos de rever nossos ideais de felicidade e não dar ao “consumismo” mais do que ele merece.”

Como pudemos perceber, as transformações ocorridas no interior das famílias originam-se do conjunto das mudanças sociais no decorrer dos tempos. Sendo assim, valores foram ultrapassados, outros esquecidos, permanecendo visível, palpável, valores do consumo, da troca de favores, da individualidade e da competitividade.

O cenário capitalista moderno fez com que diversos conflitos aflorassem mais e mais; alguns problemas sociais ganharam força; e a família entrou em crise, transferindo para a escola uma boa parcela de sua responsabilidade.

“Do ponto de vista do funcionamento adequado a uma determinada sociedade, é essencial que o caráter da criança e do jovem seja moldado para se adaptar às necessidades da sociedade. A tarefa dos pais e da educação é fazer com que a criança queira agir para que um dado sistema econômico, político e social seja mantido.” (FROMM, 1964, apud HALL, L. & CAMPBELL, ano, p. 131)

## **A Medicalização da Educação**

Atualmente, é cada vez mais comum os pais passarem para a escola boa parte de sua responsabilidade diante das crianças e dos adolescentes, e a escola, por sua vez, muitas vezes repassa esses cuidados para o saber médico-científico, que costuma medicalizar os jovens “anormais” ou “desobedientes”.

O diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, o famoso “TDAH”, feito muitas vezes de forma arbitrária pelos próprios professores ao se depararem com problemas de aprendizagem ou indisciplina das crianças e adolescentes, faz com que os pais, sob recomendação da escola, encaminhem a criança ao psicólogo e ao neuropediatra que prescreve um medicamento chamado “metilfenidato”, comercializados no Brasil com os nomes de “Ritalina” e “Concerta”.

Esse é o exemplo que melhor retrata tal cenário contemporâneo da “medicalização da educação”, espelhado pelo aumento significativo do consumo do metilfenidato, a conhecida “droga da obediência”. Os dados de um estudo divulgado pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) em 2012, demonstram uma tendência de uso crescente no Brasil, onde estima-se que de 2009 para 2011, aumentou 75% entre crianças e adolescentes na faixa dos 6 aos 16 anos.

O TDAH seria um transtorno neurológico do comportamento que atingiria de 8 a 12% das crianças no mundo. No Brasil, os índices são bastante discordantes, alcançando até 26,8%, sendo o motivo mais frequente de consulta nos serviços de saúde mental envolvendo esses pacientes.

Será que o uso da droga vem sendo feito de forma segura ou está funcionando como um “doping” legalizado para as crianças e adolescentes? Porque a sociedade não discute amplamente o assunto? O que todo esse cenário representa? A controvérsia sobre a droga da obediência e o chamado TDAH é grande.

A psicóloga Renata Guarido, que defendeu uma tese de mestrado intitulada “*O Que Não Tem Remédio, Remediado Está: a Medicalização da Vida e Algumas Implicações do Saber Médico na Educação*”, mostra como a criança passou de

objeto da pedagogia a objeto da medicina. Guarido (2007) afirma que a medicina passou a determinar quem era “educável ou ineducável”.

“Vemos as crianças e suas famílias submetidas ao poder exercido pela constituição de um domínio do saber médico-psicológico, sem que o contexto de seus sofrimentos, bem como sua possibilidade de tratamento, sejam orientados para outras formas de consideração da subjetividade, que não a normalizante e de ‘treinamento’”. (GUARIDO, 2007, p. 156)

Entre as principais críticas feitas a respeito desse processo de medicalização da infância está a de que a criança deixa de ser ouvida através de sua singularidade, como alguém que tem história, família e convívio social, passando a ser vista apenas como alguém com um “problema corporal” capaz de ser corrigido através de medicamento. Dessa forma, com a subjetividade sendo deixada de lado, a escola acaba sendo agente de um processo de homogeneização e silenciamento de crianças e adolescentes considerados “diferentes”.

Como afirma Guarido (2007, p. 160), “a medicalização em larga escala das crianças nos tempos atuais pode ser lida também como apelo ao silêncio dos conflitos, negando-os como inerentes à subjetividade e ao encontro humano.”. Assim, ao tentar se expressar, os jovens têm sido calados em nome de um ideal de “normalidade” determinado pelo olhar médico. Então, o que se calam são os conflitos, parte fundamental do processo de educar.

Em sua tese, Guarido argumenta que a psicologização da escola pode ceder lugar hoje à psiquiatrização do discurso escolar. “Ao assumir e validar o discurso médico-psicológico, a pedagogia não deixa de fazer a manutenção dessa mesma prática, desresponsabilizando a escola e culpabilizando as crianças e suas famílias por seus fracassos”. (GUARIDO, 2007, p. 157)

Não é apenas a escola e os pais que se desresponsabilizam quando aquilo que pertence ao humano é tratado como patologia, mas também a criança e o adolescente, na construção de sua vida e subjetividade, ao receberem a justificativa de que “são doentes” diante de problemas de aprendizagem, se sentem como tal, incapazes e inseguros. Diante disso, Renata Guarido (2007) afirma:

“Crianças e adultos, sendo desresponsabilizados de sua implicação com aquilo que lhes acontece, tornam-se também impotentes para atuarem sobre seus sofrimentos e aprendizados. E a impotência é então mais um efeito deste discurso biológico. Só é visto como potente o especialista que saberia o que fazer diante do diagnóstico que profere. Sendo o aprendizado descrito como efeito do funcionamento cerebral, da estimulação correta deste órgão que nos governa, temos sua descrição reduzida a uma dimensão privada, que ocorre no interior do indivíduo e não a partir do laço entre dois ou mais sujeitos. Ou seja, o aprendizado perde o caráter de ser fruto da ação humana, dimensão do encontro na pluralidade própria do mundo público, onde produzimos história”.

O medicamento foi batizado como “droga da obediência” justamente porque é muito mais fácil para os pais que se desresponsabilizam lidar com uma “doença”, que diria respeito apenas ao aspecto biológico, e passar um “remédio milagroso” que cale os conflitos na escola e no ambiente familiar, ao invés de escutar o que uma criança ou um adolescente está dizendo com seu comportamento “inadequado”, tirando de si a culpa por não conseguir impor limites aos jovens, por exemplo, em relação à hora de desligar os computadores e jogos e irem dormir.

“A falta de espanto de pais e professores diante do fenômeno mostra como a medicalização está naturalizada na sociedade brasileira. Afinal, parte destes pais e professores também fazem, no seu próprio cotidiano, o uso de drogas legais para silenciar suas dores humanas. Por que acreditariam que com seus filhos e alunos seria diferente? Drogar-se, legalmente, é uma marca da nossa época. Ninguém sabe quais serão os efeitos a longo prazo do uso contínuo do metilfenidato sobre o cérebro em formação das crianças. O que acontecerá no futuro com essa geração legalmente drogada ainda é uma incógnita. Pelo menos, valeria a pena pensarmos no presente: por que estamos dopando crianças e adolescentes em vez de tentar escutá-los e entendê-los em sua singularidade? E o que isso diz sobre nós, os adultos?” (BRUM, 2013)

Toda essa problemática nos faz pensar em como a escola tem sido uma das primeiras formas de “terceirização dos cuidados” utilizada pelos pais. Além da “desresponsabilização” dos cuidados, tanto da parte dos pais quanto da escola, o TDAH nos faz refletir também sobre como o tempo vem sendo vivido pelos jovens. A pressa, a corrida, a ansiedade, é vivida claramente pelos adultos na modernidade, que acabam, por muitas vezes, projetando o mesmo comportamento nos filhos. O TDAH reflete essa mesma esfera de “tempo que urge”, agora nas crianças, ansiosas, hiperativas, inquietas e desatentas, desde muito pequenas.

## A Gestão do Tempo

*“O relógio mecânico não é então telúrico nem cósmico. É uma terceira criação, uma obra do pensamento, que não indica o tempo dos astros nem o da terra. Ele tem o dom do tempo abstrato, intelectual. Não de um tempo que se oferece como a luz do sol e dos elementos, mas de um tempo que o homem constrói e assume.” (Ernst Jünger, Das Sanduhrbuch, 1954)*

O tempo, abstrato como é, funciona como fator que de certa forma, instaura a cultura no psiquismo humano. Foi através da retirada do fator temporal que foi possível criarmos o conceito de “ser”. Não mais estar, hoje ou amanhã; mas ser, independentemente do tempo.

A forma como se relaciona com o mundo e como a cultura é vivenciada, influenciará também na forma como se lida com o tempo. Essa ideia fica clara ao notarmos que o tempo cronológico é diferente do tempo que é “sentido”. Esse tempo “vivido” é percebido de diferentes formas. Podemos tomar como exemplo, que independente

do tempo cronometrado no relógio, quando nos divertimos, temos a sensação de que o tempo passa mais rápido, e que este mesmo tempo “se arrasta” quando as coisas não estão ocorrendo bem.

Visto que o tempo é experienciado de diferentes formas, é de se esperar que o mesmo seja vivido de maneira bastante distinta entre adultos e adolescentes.

“Spleen” é um termo que serve para designar uma sensação de “tédio sem causa” reconhecida facilmente em adolescentes. O *spleen* surge diante de um cenário de transformações característico do período de adolescência, onde se “originam modificações que atingem a personalidade, provocando tristeza pela identidade infantil que vai sendo perdida e um temor pelo mundo adulto e suas representações que vão se avizinhand.” (OUTEIRAL, 2005, p. 4)

Em outras palavras, “O *spleen*, esse “pessimismo, ceticismo e tédio sem causa” é determinado no mundo interno pelas transformações, determinadas pelas perdas e pelas novas aquisições, desejadas e temidas.” (OUTEIRAL, 2005, p. 4)

É possível e fácil de notar o óbvio contraste entre o tempo para os adolescentes, que se arrasta, que se mostra vazio, sem significado, chato e entediante e o tempo para os adultos, cada vez mais escasso, corrido, valorizado e que tem de ser “bem aproveitado” a todo custo.

“O homem contemporâneo vive tão completamente imerso na temporalidade urgente dos relógios de máxima precisão, no tempo contado em décimos de segundo, que já não é possível conceber outras formas de estar no mundo que não sejam as da velocidade e da pressa.” (KEHL, 2009, p. 123)

Um dos maiores conflitos atuais quando se trata do contexto sócio-familiar é a queixa da ausência, do desamparo, da “falta de tempo” como característica principal desses *Tempos Modernos*. A queixa vem do lado dos adolescentes e também dos pais, que justificam a ausência como consequência inevitável diante de uma sociedade que cobra economicamente condições de status de consumo. Em outras palavras, os pais abrem mão dos cuidados afetivos pelos cuidados financeiros, e começam, então, a “compensar” o desamparo terceirizando o tempo dos filhos, como uma forma de *substituição*, o que inclui, por exemplo, atividades extra-escolares, como cursos ou esportes, em que os pais matriculam seus filhos, muitas vezes até contra vontade do próprio jovem. A escola, como foi visto anteriormente, é uma das primeiras formas de “terceirização” dos cuidados.

Outros pais deixam seus filhos realmente à mercê das “babás eletrônicas midiáticas”: que inclui televisão, jogos, internet, redes sociais e mídias no geral. Nesse contexto, os jovens muitas vezes ficam presos em seus “mundinhos virtuais”, baseados na ilusão de que estão “conectados” com o mundo globalizado. Porém, na realidade, muitos deles enquanto estão rodeados de “amigos” em seu “mundo virtual”, no mundo offline estão rodeados de desamparo familiar.

Uma das consequências desse contexto é que o jovem, privado da presença real e significativa dos pais na cena familiar, acaba ficando isolado do resto do mundo, super protegido sob a justificativa da violência urbana; o que causa mais tempo de infantilização e dependência, colocando-o numa situação paradoxal, pois ao mesmo tempo em que a sociedade passa um ideal de autonomia e responsabilidade, essa oportunidade é negada aos adolescentes, já que ainda não são reconhecidos como adultos.

Nos deparamos, então, com a geração mais preparada e mais despreparada ao mesmo tempo. Preparada do ponto de vista das habilidades, porque nasceu numa época em que é capaz de usar diversas ferramentas tecnológicas, e despreparada porque não sabe lidar com frustrações, pois faltam-lhes apoio emocional e familiar; porque diante das facilidades e automatismos comuns na contemporaneidade, desprezam o valor que tem o esforço, a *espera*, o errar para poder crescer.

Há uma geração de classe média superprotegida, que teve a oportunidade de estudar em “bons colégios”, acesso a outras línguas, e teve acesso a cultura da tecnologia que seus pais não tiveram. Ao mesmo tempo em que cresceram com a ilusão de que a vida é fácil e que a felicidade é uma espécie de “direito”, em que acreditam que seu futuro deveria ser “garantido”.

Os pais, por outro lado, sentem o peso de tal “dívida” para com os filhos e fazem o que podem para garantir que eles “sejam felizes”. Pais que se desdobram para dar tudo aos filhos e protegem-os de qualquer episódio negativo que a vida possa apresentar, sem esperar nenhuma responsabilização da parte de tais jovens, fazem com que eles se tornem adolescentes fragilizados, e portanto, futuros adultos frustrados e insatisfeitos.

Quantas vezes não ouvimos a mágoa de “novos adultos” que se queixam de que a vida não é como seus pais tinham lhes prometido? Visto que o imperativo da felicidade é uma das características da nossa hipermodernidade, como foi visto anteriormente, Brum (2007) afirma que:

“É isso que tem acontecido em muitas famílias por aí: se a felicidade é um imperativo, o item principal do pacote completo que os pais supostamente teriam de garantir aos filhos para serem considerados bem sucedidos, como falar de dor, de medo e da sensação de se sentir desencaixado? Não há espaço para nada que seja da vida, que pertença aos espasmos de crescer duvidando de seu lugar no mundo, porque isso seria um reconhecimento da falência do projeto familiar construído sobre a ilusão da felicidade e da completude.”

## Considerações Finais

Precisamos refletir, como proposto, sobre como o tempo vem sendo gerenciado diante da responsabilidade dos pais nos cuidados dos filhos, como o tempo vem

sendo “vivido” por ambas as partes e como essa relação vem regendo boa parte dos conflitos familiares quando é somada à crise ética contemporânea, o consumismo e o hedonismo, junto da terceirização dos cuidados parentais.

Numa sociedade em que todos os serviços podem ser terceirizados, é preciso reforçar que os cuidados atenciosos são insubstituíveis. Na questão do tempo o importante é a sua qualidade, como esse tempo é aproveitado junto, não a quantidade; visto que muitos pais passam o dia com seus filhos, sem saber o que se passa, enquanto outros, que passam o dia trabalhando, chegam e tomam nota de tudo, mostrando-se presentes.

Sabemos que a família tem a função de formar o indivíduo – preparar a criança para o convívio social e suas responsabilidades. Como aponta Maria Rita Kehl, a família mudou, mudaram os papéis familiares, mas não foi substituída por outra forma de organização molecular. Todos os papéis familiares são substituíveis. O que não é insubstituível é o olhar de interesse e a presença do adulto sobre a criança, sendo amoroso, porém também responsável, impondo limites e educando, com a intenção de que a criança seja feliz na medida do possível – *mas não a qualquer preço*. Isso é o necessário para que a família contemporânea, em todas as suas variações, possa transmitir parâmetros éticos para os mais novos.

## Referências Bibliográficas

- ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Boletim de Farmacoepidemiologia do SNGPC**. 2012. Disponível em <[http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/c4038b004e996487ada1af8a610f4177/boletim\\_sngpc\\_2\\_2012+corrigido+2.pdf?MOD=AJPERES](http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/c4038b004e996487ada1af8a610f4177/boletim_sngpc_2_2012+corrigido+2.pdf?MOD=AJPERES)>. Acesso em 16 de Maio, 2014.
- BRUM, Eliane. **Meu filho, você não merece nada**. Revista Época. 2011. Disponível em <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI247981-15230,00.html>>. Acesso em 14 de Abril, 2014.
- BRUM, Eliane. **O Doping das Crianças**. Revista Época. 2013. Disponível em <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2013/02/o-doping-das-criancas.html>>. Acesso em 11 de Maio de 2014.
- CALLIGARIS, Contardo. **A Adolescência**. 2ª Edição. Publifolha, 2000. 87 p.
- COSTA, Jurandir Freire. **O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo**. 5º Edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 242 p.
- FROMM, Erich. **Ter ou Ser?**. 2º Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. 195 p.
- GUARIDO, Renata. **A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na Educação**. Universidade de São Paulo. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v33n1/a10v33n1.pdf>>. Acesso em 12 de Maio, 2014.
- KEHL, Maria Rita. **Em defesa da família tentacular**. Direito de Família e Psicanálise. Editora Imago. Rio de Janeiro, 2003.
- KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. Boitempo, 2009. 309 p.
- OUTEIRAL, José. **O spleen na adolescência**. Simpósio Internacional do Adolescente. 2005. Disponível em <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000082005000100021&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000082005000100021&script=sci_arttext)>. Acesso em 29 de Abril, 2014.